

Relato da 146ª Reunião do Plenário

No dia 9 de junho de 2021, realizou-se a centésima quadragésima sexta sessão plenária do Conselho Nacional de Educação (CNE)¹, através da Plataforma Zoom, tendo sido adotada a seguinte ordem de trabalhos:

1. Intervenção do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Prof. Doutor João Costa, sobre o Plano de Recuperação de Aprendizagens;
2. Informações;
3. Aprovação dos relatos das 144.ª e 145.ª Sessões Plenárias;
4. Apreciação e discussão do projeto de Recomendação sobre as medidas a tomar na reabertura das escolas. Relator(as): Conselheiro(as) Cristina Vieira, Jorge Ascensão e Lurdes Figueiral;
5. Apreciação e discussão do projeto de Recomendação sobre *A voz das crianças e dos jovens na educação escolar*. Relatores(a): Conselheiros(as) David Rodrigues, Inácia Santana, Joana Bacelar, João Pedro Louro e Sérgio Niza;
6. Apresentação do Estudo do CNE- *Educação em tempo de pandemia: problemas, respostas e desafios das escolas*.

Ponto 1. A Presidente do CNE, Maria Emília Brederode Santos, saudou os presentes e deu as boas-vindas aos novos conselheiros. Agradeceu a presença do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação, João Costa, e a disponibilidade para vir ao CNE apresentar o Plano de Recuperação de Aprendizagens, que foi aprovado na generalidade em Conselho de Ministros e se encontra agora num processo de discussão na especialidade e de auscultação de instituições e parceiros sociais.

Na apresentação do Plano, o Senhor Secretário de Estado lembrou que este documento é uma resposta aos impactos na educação da crise pandémica que o mundo e o país têm vivido nos últimos dois anos. Referiu que embora as escolas tenham fechado, o sistema educativo não parou, e salientou o elevado sentido de missão de professores e outros profissionais que permitiu essa continuidade, apesar das dificuldades.

Afirmou que a construção do Plano assentou nos alunos com mais vulnerabilidades e nas competências que foram mais afetadas. Foi construído com o foco na identificação das competências chave que ficaram para trás, mas não numa lógica de mais horas ou mais semanas de aulas, ou de querer inundar os alunos com mais conteúdos em menos tempo. Acrescentou que se apostou numa abordagem integrada e plural que permitisse integrar várias dimensões, não só as aprendizagens, mas outras tais como: competências socioemocionais, de bem-estar, de inclusão e de envolvimento parental.

Referiu que um pilar fundamental do Plano é uma grande confiança nas escolas e nos seus profissionais, centrada numa autonomia reforçada, um caminho que tem vindo a ser feito nos últimos anos, no sentido de deixar às escolas e aos professores a capacidade de identificar para onde queremos ir. Informou também que o processo de elaboração do Plano foi iniciado com

¹ A gravação integral da reunião encontra-se no arquivo do CNE.

audição de diversas entidades, nomeadamente conselhos pedagógicos, centros de formação, alunos, com vista à recolha de sugestões e contributos.

Informou que o Plano elege como pilares fundamentais o sucesso, a inclusão e a cidadania e assenta nos seguintes objetivos: recuperar competências mais afetadas; diversificar as estratégias de ensino; investir no bem-estar social e emocional; confiar no sistema de ensino; envolver toda a comunidade educativa; capacitar, reforçando meios e recursos e monitorizar, avaliando medidas e recursos. Por fim, elencou e explicitou os três eixos que estruturam o Plano: i) ensinar e aprender, ii) apoiar as comunidades educativas e iii) conhecer e avaliar, bem como os domínios que os integram.

No debate subsequente, intervieram os/as conselheiros/as: Antero Resende, Fernando Almeida, João Dias da Silva, José Reis, José Tribolet, Manuel Porto, Mariana Avelãs, Mário Nogueira, Pedro Lourtie e Rodrigo Queiroz e Melo que realçaram alguns aspetos do Plano, nomeadamente pelo facto de serem estruturais, e chamaram a atenção para outros, entre os quais se sintetizam os seguintes:

- a importância de se dotar as escolas de técnicos de informática que garantam o apoio técnico nesta área, que tem estado dependente da “boa vontade” dos professores de TIC;
- a importância de uma maior autonomia das escolas e dos professores na implementação das medidas necessárias, tendo em conta a sua realidade;
- o reforço dos recursos humanos e da sua valorização profissional;
- a importância que teve o recurso #EstudoEmCasa, sobretudo para os alunos sem dispositivos digitais, e o interesse da sua continuidade nos moldes previstos no Plano;
- a atenção devida a grupos de alunos mais vulneráveis e a alunos de regiões mais afetadas pelas diferentes condições de acesso a dispositivos digitais e rede de internet e sujeitas a períodos mais longos de confinamento;
- a divulgação e partilha de boas práticas de multiculturalidade, já em desenvolvimento em muitas escolas, e a relevância de existirem profissionais nas escolas que representem a diversidade da sociedade portuguesa;
- a importância da formação dos profissionais não docentes, enquanto figuras chave no funcionamento de qualidade, apoio na inclusão e segurança das escolas;
- a relevância de garantir o apoio aos pais surdos com filhos ouvintes que ainda não têm recursos, a não ser a expensas próprias, para poderem comunicar adequadamente com a escola e professores, bem como a aprendizagem da LGP antes dos 3 anos;
- o reforço do apoio a alunos com necessidades específicas e que no contexto de pandemia correram maior risco de regressão.

O Senhor Secretário de Estado aproveitou o período de resposta para agradecer os contributos e mostrar a sua disponibilidade e da sua equipa para vir ao CNE. A Presidente reiterou os agradecimentos ao Senhor Secretário de Estado pela presença nesta reunião e pela apresentação que fez do Plano, bem como pela disponibilidade demonstrada.

No ponto 2. a Presidente informou que os anteprojetos das duas recomendações, hoje em apreciação, tinham sido debatidos em reunião conjunta das 1ª e 2ª Comissões Especializadas Permanentes; que a 2ª Comissão Especializada Permanente tinha realizado uma reunião para

analisar o relatório da Comissão de Acesso ao Ensino Superior e que o Conselho estava a organizar a eleição dos dois representantes no CNE das associações pedagógicas. Salientou duas efemérides a decorrer e que mereceram destaque no sítio do Conselho: i) o centenário de Rui Grácio, pedagogo que marcou e definiu, em grande medida, a política educativa portuguesa do regime democrático iniciado com o 25 de Abril de 1974, enquanto Secretário de Estado da Orientação Pedagógica nos II, III e IV governos provisórios, assinalado pelos CTT com a emissão de um selo da série *Vultos da história e da cultura* e ii) o centenário de Arquimedes da Silva Santos que foi poeta, médico e psicopedagogo, considerado o precursor da Educação pela Arte em Portugal. Esta efeméride será marcada, entre outros eventos, pela inauguração da exposição *Arquimedes da Silva Santos: onde vai minha voz?...* no Espaço Artes do Instituto Politécnico de Lisboa, e que depois estará no CNE de 13 a 17 de dezembro de 2021, e o lançamento do livro *Arquimedes da Silva Santos: um homem (fora) do seu tempo*, no Museu do Neo-Realismo. Por último, referiu que o CNE estava a iniciar a elaboração de um estudo, solicitado pela Assembleia da República, através da Deliberação n.º 1-PL/2021, de 20 de abril, sobre desigualdades sociais, agravadas ou geradas pela pandemia da COVID-19 e desigualdades educativas.

No ponto 3, a Presidente colocou a votação os relatos das 144.ª e 145.ª Sessões Plenárias, que foram aprovados, mantendo-se ainda um período de uma semana para o envio de eventuais propostas de alteração ou correção.

No ponto 4, a Presidente solicitou aos relatores do projeto de recomendação sobre *A Escola no pós- pandemia: desafios e estratégias*, conselheiras Cristina Vieira e Lurdes Figueiral e o conselheiro Jorge Ascensão, que fizessem uma apresentação do documento. A conselheira Lurdes Figueiral iniciou essa apresentação informando que este projeto de Recomendação resultou da reflexão que foi feita a partir dos muitos documentos analisados e do debate feito em sede de reunião conjunta das 1ª e 2ª Comissões Especializadas Permanentes. Referiu igualmente algumas das ideias que estão subjacentes às recomendações propostas.

Os conselheiros Antero Resende, Mário Nogueira, Nuno Ferro e Pedro Lourtie apresentaram algumas sugestões de clarificação ou de reforço de algumas recomendações, nomeadamente a referência à importância da atividade física e revitalização do desporto escolar, cuja falta foi muito sentida durante o confinamento e que não aparece mencionada nos documentos já divulgados; a priorização das questões a implementar, sentindo-se uma maior necessidade de medidas a nível da educação básica; a chamada de atenção para a necessidade de formação dos encarregados de educação na utilização de tecnologias; a importância da redução do número de alunos por turma ou a possibilidade de conceder autonomia às escolas para o desdobramento de turmas; a necessidade de se repensar, no 1º ciclo, a organização de turmas com mais de um ano de escolaridade, o conceito de monodocência, bem como o número de anos de duração – quatro ou seis. Sobre estas últimas questões, a Presidente considerou serem temas a carecer de maior reflexão e debate e que poderão ser tratados numa fase posterior.

Depois de analisadas as sugestões, que os relatores concordaram que poderiam introduzir no documento, a Presidente colocou a votação o projeto de Recomendação que foi aprovado por unanimidade.

No ponto 5, a Presidente referiu que o projeto de Recomendação sobre *A voz das crianças e dos jovens na educação escolar* foi elaborado pelos conselheiros David Rodrigues, João Pedro Louro e Sérgio Niza, que, entretanto, terminou o seu mandato de conselheiro, e pelas conselheiras

Inácia Santana e Joana Bacelar, que tinha sido substituída como representante do Conselho Nacional da Juventude, mas que ainda tinha colaborado na produção deste documento. Aproveitou para agradecer o contributo do Conselheiro Sérgio Niza durante o período em que permaneceu no Conselho, nomeadamente o trabalho desenvolvido como coordenador da 4ª Comissão Especializada Permanente e membro da Comissão Coordenadora. Pediu, de seguida, aos relatores que apresentassem o projeto de Recomendação.

O Conselheiro David Rodrigues iniciou esta apresentação referindo que a introdução a este projeto de recomendação estava a ser feita desde o início da reunião, uma vez que tinha sido mencionada, por diversas vezes, a importância e a relevância de dar voz às crianças e aos jovens. Destacou a pertinência dos contributos recolhidos, quer no conjunto de audições realizado, quer na reunião conjunta das 1ª e 2ª Comissões Especializadas Permanentes, e mencionou o dossier técnico, elaborado pela assessoria do CNE, que apoiou a redação deste documento. Explicou a opção pela abordagem desta temática nos ensinos básico e secundário, considerando que a voz dos estudantes no ensino superior tinha contornos específicos, que poderia merecer uma outra recomendação. De seguida, percorreu a estrutura do documento, sintetizando as diferentes partes que o constituíam: introdução; a voz das crianças e dos jovens em estudos internacionais de políticas educativas; a voz das crianças e dos jovens em contextos educativos; posições do Conselho Nacional de Educação sobre a participação das crianças e dos jovens e por fim as recomendações.

As intervenções dos conselheiros Antero Resende e Joaquim Azevedo realçaram a importância desta recomendação, por entenderem que existe um longo caminho a percorrer na participação dos alunos no processo de ensino e aprendizagem e da sua representatividade na gestão escolar. Consideram que os alunos ainda não são vistos como parceiros ativos na aprendizagem e que, na prática, essa participação é quase inexistente.

Colocado a votação, o projeto de recomendação foi aprovado por unanimidade.

No ponto 6, a Presidente apresentou o estudo *Educação em tempo de pandemia: problemas, respostas e desafios das escolas*. Referiu que embora o estudo se reporte ao primeiro período de encerramento das escolas e, nesta data, já ter havido uma reabertura e um novo encerramento, considerou importante a sua divulgação, por se tratar de um momento marcante e inédito no nosso sistema educativo, uma vez que, para o primeiro encerramento das escolas, não houve preparação possível e o sistema teve de reagir, com as forças e os meios de que dispunha e que pôde inventar, para assegurar a continuidade educativa.

Acrescentou que este estudo capta esse momento irrepetível, através da identificação das forças e fraquezas do sistema. Elencou algumas das forças e fraquezas que foram identificadas e que permitiram concluir que o sistema, apesar de tudo, conseguiu responder de modo a assegurar a organização de rotinas diárias de trabalho e a continuação das aprendizagens.

Considerou, tal como escreveu na introdução do estudo, que a experiência vivida veio acelerar a digitalização da educação, com as suas possibilidades quase infinitas de acesso à informação, de comunicação e colaboração a distância, mas para que a tecnologia seja colocada ao serviço do desenvolvimento global dos seres humanos, do seu bem-estar social e da sua aprendizagem terá de ser orientada nesse sentido. Afirmou que não basta reproduzir a distância a sala de aula presencial, nem que esta se deixe deslumbrar e arrastar por uma deriva tecnológica. A escolha das finalidades e modos da educação é pedagógica. Não pode haver lugar a determinismos tecnológicos. O poder de determinar aquela escolha terá de ser humano.

De seguida, o Secretário-Geral sintetizou o trabalho desenvolvido pelo CNE, neste ano e meio de pandemia, e referiu a metodologia adotada neste estudo.

Houve, ainda, lugar para a despedida, e os agradecimentos pelo trabalho desenvolvido, da conselheira Lurdes Figueiral que termina o seu mandato, enquanto representante das associações pedagógicas.

A Presidente agradeceu os contributos de todos e deu por encerrados os trabalhos desta sessão plenária.